

09/03/2017 às 05h00

## Enel Rio e Aneel divergem sobre aditivo contratual

Por Rodrigo Polito | Do Rio



Representantes da Enel Distribuição Rio (nome atual da Ampla Energia) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) devem voltar a se reunir entre o fim desta semana e o início da próxima para discutir os termos do aditivo do contrato de concessão da distribuidora, controlada pelo grupo italiano Enel e que atende parte da região

metropolitana do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense. O **Valor** apurou que a falta de um consenso sobre o assunto foi o que motivou a retirada do item da pauta de reunião da diretoria da autarquia na terça-feira.

O principal ponto em discussão entre as partes é com relação às novas exigências de qualidade de serviço, como índices de perdas e de continuidade do fornecimento de energia, principalmente em regiões críticas, dominadas pelo tráfico de drogas, e às condições financeiras, reconhecidas em tarifa, necessárias para alcançar esses indicadores.

Em termos técnicos, apurou o **Valor**, a Enel propõe que a Aneel modifique o modelo de complexidade social adotado no processo de revisão tarifária da elétrica. Na prática, a companhia quer que a agência dê a ela tratamento semelhante ao praticado para a Light, distribuidora que atende a capital do Estado do Rio e também parte da Baixada Fluminense.

Na terça-feira, a diretoria da Aneel aprovou a assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão da Light. No caso, a autarquia acatou o pleito da distribuidora de flexibilização de metas de continuidade do fornecimento de energia e de perdas não-técnicas (furto e fraude de energia), assim como a antecipação da revisão tarifária da empresa de novembro de 2018 para março de 2017.

Segundo uma fonte com conhecimento do assunto, assim como a Light, a área de concessão da Enel Rio também sofre com o domínio do tráfico em algumas regiões, principalmente porque muitos criminosos migraram para a área de concessão da Enel Rio, depois da instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) na capital fluminense. Nas áreas críticas da Enel Rio, o índice de perdas chega a 80%. Nessas áreas, o prejuízo da companhia com o furto de energia alcança R\$ 100 milhões por ano.

Em documento apresentado em audiência pública sobre o tema, o Instituto Acende Brasil destacou que, entre 2010 e 2013, o número de registros de ocorrências de atos de violência nos municípios de São Gonçalo, Niterói, Magé, Itaboraí e Duque de Caixas (que respondem por grande parte da área de concessão da Enel Rio) cresceu 83,5%.

Ainda segundo a fonte, o problema na área de concessão da Enel Rio não é falta e investimentos, mas a dificuldade da empresa em ter acesso a áreas onde não há garantia de segurança pelo poder público. Em 2016, a companhia investiu R\$ 920 milhões, 14,5% a mais do que o desembolsado no ano anterior.

"Esse problema [de segurança pública] não é do setor elétrico. A Aneel também não tem condições de resolvê-lo. O mais grave é que não vemos como essa situação possa ser solucionada em curto prazo, infelizmente, quando olhamos a situação [financeira] do Estado do Rio", afirmou a fonte.

Em nota ao **Valor**, a Aneel informou que o tema deverá voltar à pauta na próxima reunião da diretoria, no dia 14, quando será manifestada a posição da agência sobre os pontos discutidos na audiência pública sobre o assunto. A Enel Rio não se manifestou.